

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FISCALIZA MAIS 2022

RELATÓRIO FINAL

(Art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)

O **Fiscaliza Mais** é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Tema escolhido:

Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda

Deputado Celinho Sintrocel

Relator

Belo Horizonte

Ano 2022

Fiscaliza Mais 2022

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório Final ¹

Tema: a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social escolheu o tema “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” para acompanhamento intensivo no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais em 2022.

Objetivos:

Objetivo geral: Acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho no Estado e as políticas de combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda.

Objetivos específicos:

I. Acompanhar informações sobre o mercado de trabalho no Estado a fim de compreender sua dinâmica, com as diferenças regionais e a evolução da renda do trabalho.

II. Acompanhar as ações empreendidas pelo Estado para o enfrentamento do desemprego, a superação da pobreza e a garantia de renda, buscando compreender o nível de coordenação existente entre elas e os seus resultados.

III. Compreender a relação entre a dinâmica do mercado de trabalho e as ações de desenvolvimento econômico previstas no planejamento do Estado cujos objetivos de desenvolvimento sustentável ou diretrizes estratégicas incluem a superação da pobreza e o trabalho decente.

IV. Identificar o esforço público para o enfrentamento do desemprego, a superação da pobreza e a garantia de renda.

V. Acompanhar as ações executadas pelo Estado visando a superação da pobreza extrema, com ênfase na transferência de renda, nos recursos provenientes do Acordo da Vale para as entidades da Rede Cuidar, e nas iniciativas adotadas para a implementação de um programa permanente de renda no Estado.

VI. Acompanhar a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria – FEM –, a partir dos objetivos previstos na lei que o instituiu – Lei nº 19.990, de 29/12/2011.

VII. Identificar lacunas na atuação do Estado e propor alternativas para as políticas de combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda.

1 Este relatório e as demais atividades desenvolvidas no âmbito do Fiscaliza Mais estão disponíveis em <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/fiscalizacao/fiscaliza-mais/>, na seção criada para cada Comissão.

I – Contextualização do tema

A partir de indicadores selecionados foi possível traçar um panorama do mercado de trabalho no Estado para o ano de 2022. As informações disponíveis sugerem melhora nos indicadores do mercado de trabalho no Estado.

Minas Gerais tem população estimada de 21,5 milhões de pessoas, das quais 17.579.530 pessoas compõem a população com idade para trabalhar (14 anos ou mais). Entre as pessoas em idade de trabalhar, 11.439.174 estão na força de trabalho (trabalhando ou em busca de trabalho) e 6.140.355 estão fora da força de trabalho (nem trabalhando, nem buscando trabalho).

Para os que compõem a força de trabalho, há dois indicadores importantes que nos informam a situação geral do emprego: taxa de ocupação e taxa de desocupação. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – Pnad Contínua –, a taxa de desocupação atinge o pico de 13,82% no 1º trimestre de 2021, no contexto de pandemia de Covid-19. Desde então, com a retomada das atividades econômicas, a taxa de desocupação² segue uma trajetória descendente, chegando ao 2º trimestre de 2022 a 7,24%, o que corresponde a 827.912 pessoas desocupadas. O gráfico que segue ilustra a evolução da taxa de desocupação entre o 1º trimestre de 2017 e o 2º trimestre de 2022.

Ao se colocar foco no grupo “ocupados”, encontramos aqueles que trabalham horas suficientes e os trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Conforme dados da Pnad Contínua para o 2º trimestre de 2022, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas em Minas Gerais correspondia a 657.845 pessoas.

2 A taxa de desocupação corresponde à porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. São as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação. Minas Gerais. 1º trimestre de 2017 a 2º trimestre de 2022.



Fonte: Pnad Contínua. Monitor do Mercado de Trabalho Mineiro.

Há uma outra parcela da população que, embora esteja fora da força de trabalho, deve ser considerada pelos formuladores das políticas públicas: são as pessoas que possuem potencial para trabalhar. São 677.380 pessoas nessa condição no Estado, conforme dados da Pnad Contínua. Esse grupo se divide entre os que buscaram trabalho e não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa e os que não buscaram trabalho, mas que estavam disponíveis. Neste último grupo estão os desalentados: pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam.

A Pnad Contínua nos apresenta a taxa de subutilização da força de trabalho para medir o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial. Para o 2º semestre de 2022, a taxa de subocupação em Minas Gerais foi de 17,85%, apresentando uma sensível melhora comparada a períodos anteriores: 24,36% no 1º trimestre de 2017 e 28,31% em 2021.

Ainda de acordo com os dados da Pnad Contínua, no 2º trimestre de 2022, a taxa de informalidade em Minas Gerais era de 38,66%, equivalente a 4.102.197 de pessoas. Comparando com os trimestres dos anos anteriores, desde 2017 verifica-se certa estabilidade nas taxas de informalidade, com pequena variação entre 40% e 38% no período.

Em números absolutos, Minas Gerais tem 827.912 desempregados, 657.845 subempregados e 677.380 pessoas na força de trabalho potencial, totalizando mais de 2,1 milhões de pessoas que devem ser alcançadas por diferentes estratégias das políticas de trabalho, emprego e renda. Configura papel institucional desta Casa, e desta comissão em particular, acompanhar detalhadamente as políticas públicas de trabalho, emprego e renda empreendidas pelo Estado.

Em relação ao mercado de trabalho formal, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged – apontam que a criação de novos postos de trabalho no Estado segue a tendência de alta pelo sétimo mês consecutivo, com desempenho positivo de 27.381 mil novos postos de trabalho em agosto.

O fluxo das admissões, desligamentos e saldos por grandes grupos econômicos estão demonstrados na Tabela 1. O maior saldo se concentra no grupo “serviços”, que corresponde a quase 10 vezes as vagas disponíveis para o comércio.

Uma análise detalhada desse fluxo da entrada e saída de trabalhadores em cada um dos setores seria de crucial importância para se pensar políticas de fomento ao emprego no Estado.

Tabela 1 – Admissões, desligamentos e saldo de empregos por grandes grupamentos econômicos – Minas Gerais

Ocupações CBO por grandes grupamentos econômicos	Admissões	Desligamentos	Saldo de Empregos
Serviços	778.429	659.022	119.407
Indústria	312.958	273.763	39.195
Construção	253.748	228.097	25.651
Comércio	433.145	420.671	12.474
Agropecuária	138.616	123.357	15.259
Total	1.916.896	1.704.910	211.986

Fonte: CAGED. Monitor do Mercado de Trabalho Mineiro

Quanto ao rendimento do trabalho, os dados da Pnad Contínua informam que o rendimento médio real mensal habitual no País foi estimado em R\$2.652,00, mantendo estabilidade frente ao 1º trimestre de 2022 e queda de 5,1% em relação ao mesmo trimestre de

2021, quando o rendimento mensal médio era de R\$2.794,00. Minas Gerais segue a tendência de queda dos rendimentos observada para o País.

A queda do rendimento do trabalho acende um alerta para os formuladores de políticas públicas. Sabe-se que o aumento real do salário mínimo foi o principal responsável pela redução da pobreza entre os anos de 2008 e 2014. A queda do rendimento em contexto de alta inflação, como observado nos últimos anos, tem impactos negativos nas condições de vida dos trabalhadores. Um olhar mais aprofundado sobre os dados relativos ao rendimento do trabalho provavelmente nos levará a grupos vulneráveis, que mesmo estando incluídos no trabalho, se mantêm na situação de pobreza.

Os dados do cadastro único do governo federal para os programas sociais – CadÚnico – expressos no Monitor do Mercado de Trabalho Mineiro nos dão uma pista da dimensão da pobreza no Estado. São 5,968 milhões de pessoas cadastradas no CadÚnico³, das quais:

- 925,9 mil tem renda *per capita* acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- 681,611 mil estão em situação de pobreza, com renda familiar *per capita* de R\$89,01 a R\$178,00;
- 2,690 milhões estão em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$89,00;
- 1,671 milhão de pessoas vulneráveis à pobreza com renda *per capita* entre 178,01 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

II – Análise de dados e informações relativos ao tema

No âmbito do Fiscaliza Mais 2022, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social recebeu respostas a pedidos de informações encaminhados à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

Em resposta ao Requerimento nº 10.813/2022, que solicitou informações sobre os beneficiários dos programas emergenciais de transferência de renda executados pelo Estado entre os anos de 2020 e 2022, a Sedese informou que foram implementados três programas de

3 Podem se cadastrar no CadÚnico pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo, ou pessoas com renda superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo beneficiária de programa social que utilize o Cadastro Único em suas concessões.

transferência de renda no período: Bolsa Merenda; Renda Minas; e benefício financeiro Força Família – Auxílio Emergencial Mineiro.

O programa Bolsa Merenda foi instituído pelo Decreto nº 47.915, de 10/4/2020, como benefício temporário destinado à assistência alimentar às famílias de estudantes matriculados na educação básica da rede pública estadual de ensino em situação de extrema pobreza no contexto da pandemia de Covid-19. O valor do benefício foi de R\$50,00 para cada integrante do núcleo familiar regularmente matriculado, por um período de 4 meses. Além da matrícula, os beneficiários deveriam estar com o cadastro atualizado no CadÚnico. O programa foi alterado pelo Decreto nº 48.039, de 15/09/2020, para conceder mais duas parcelas do benefício, que beneficiou integralmente 335.310 alunos e parcialmente outros 92.158, de famílias extremamente pobres. Ainda receberam o benefício 34.791 alunos de famílias pobres. Foi encaminhada planilha de beneficiados por município, com os respectivos valores repassados.

O programa Renda Minas foi pactuado pela Resolução CIB nº 07/2020, aprovado pela Resolução Ceas nº 706/2020 e criado pelo Decreto nº 48.038, de 2020. Tratou-se de transferência direta e temporária de renda do governo de Minas às famílias extremamente pobres, cadastradas no CadÚnico até o dia 11/7/2020, como medida de enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19. Foram pagas três parcelas de benefício às famílias. O valor do benefício foi equivalente a R\$39,00 para cada componente do grupo familiar. O programa Renda Minas atendeu 972.098 famílias e transferiu R\$322.919.142,00. Foi encaminhada planilha de beneficiários por município com os respectivos valores repassados e número de beneficiários.

O Força Família – Auxílio Emergencial Mineiro, aprovado pela Lei nº 23.801/2021, originada de projeto de lei de iniciativa da ALMG, e regulamentado pelo Decreto nº 48.204, de 2021, constituiu uma transferência direta e temporária de renda às famílias extremamente pobres, cadastradas no CadÚnico até 22/5/2021, no valor de R\$600,00, pago em parcela única. A secretária informou que 1,86% do público-alvo não tiveram o benefício creditado na conta do responsável familiar por estar com o CPF irregular na Receita Federal ou por ausência de dados de identificação no CadÚnico suficientes para a abertura de conta bancária. O programa atendeu 1.033.316 famílias e transferiu R\$620.060.400,00. Foi encaminhada planilha com a relação de beneficiários por município.

Em resposta ao Requerimento nº 10.814/2022, que solicitou informações sobre as entidades da Rede Cuidar beneficiárias dos recursos provenientes do Acordo da Vale, a Sedese informou que o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas – Programa Rede Cuidar – está regulamentado pelo Decreto nº 47.288, de 2017, e tem a finalidade de fortalecer a rede socioassistencial do Suas. O art. 10 do referido decreto estabelece que as unidades governamentais e as entidades socioassistenciais aptas a participarem do programa serão definidas por meio de critérios de elegibilidade e de partilha pactuados na CIB e aprovados no Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas. Conforme informado, o total de recursos destinados para o programa Rede Cuidar em 2021 e 2022 foi da ordem de R\$32.250.000,00, sendo R\$7.250.000,00 provenientes da Loteria do Estado de Minas Gerais (fonte 60) e R\$25.000.000,00 indicados pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (fonte 71).

Para o exercício de 2021 e 2022, foram pactuados na CIB (Resolução CIB nº 13/2021) e deliberados no Ceas (Resolução Ceas nº 745/2021) os seguintes os critérios de elegibilidade para a transferência dos recursos financeiros do programa:

- 26 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centros Pop;
- 6 unidades governamentais e entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional que receberem crianças e adolescentes inseridos no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM –, quando desacompanhados dos responsáveis, prioritariamente que tenham realizado o aceite na rodada 2019 do programa Rede Cuidar;
- 49 unidades governamentais, entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas e pessoas com deficiência, com ID Acolhimento⁴ insuficiente que não receberam recursos nos exercícios de 2017 e 2019;
- 34 unidades governamentais e entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, adultos e famílias e mulheres em

4 O Indicador de Desenvolvimento das Unidades de Acolhimento de Minas Gerais – ID Acolhimento – é um indicador sintético, criado pela Sedese em 2016, com o intuito de ser uma referência para aferir a qualidade das ofertas das unidades de acolhimento e como um parâmetro para o reordenamento do serviço de acolhimento institucional em Minas Gerais.

situação de violência, ativas no CadSuas, com ID Acolhimento insuficiente, que não receberam recursos nos exercícios de 2017 e 2019;

- 66 entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias, que não receberam recursos nas rodadas do programa em 2017 e 2019, que não foram contempladas nos critérios já descritos;
- 126 entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento, independentemente do público atendido, com ID Acolhimento regular, que apresentam a dimensão insuficiente de recursos humanos, e que não receberam recursos do programa nos exercícios de 2017 e 2019;
- 49 unidades governamentais e entidades de assistência social que ofertam o Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras para crianças e adolescentes, que preencheram o Censo Suas 2019 informando que o serviço é regulamentado por lei ou decreto municipal, até o limite de R\$3.105.000,00, a serem convocadas por ordem de prioridade aquelas que:

a) não possuem equipe de profissionais que atuem exclusivamente no serviço, conforme o Censo Suas 2019;

b) possuem equipe de profissionais majoritariamente exclusiva que atue no serviço, conforme o Censo Suas 2019.

De acordo com a Sedese, todas as entidades elegíveis receberam orientação da secretaria quanto à formalização do instrumento de parceria com o programa Rede Cuidar. Até junho de 2022, 71 unidades socioassistenciais estavam na fase de análise técnica dos planos de trabalho para celebração/pactuação de parceria e 123 unidades elegíveis foram convocadas a aderir ao programa, estando na fase de regularização e habilitação jurídica de documentos. Após a habilitação deverão elaborar os planos de trabalho para a análise da Sedese.

Em resposta ao Requerimento nº 10.815/2022, que solicitou informações sobre as áreas identificadas no Mapa de Demandas que orientaram o planejamento e a execução das ações de qualificação e educação profissional no Estado, especificando o número de vagas oferecidas em 2022 por área de formação e por regional, a Sedese informou que o Mapa de Demandas por Educação Profissional é um ponto de partida para a compreensão do mercado de trabalho formal e para o planejamento da oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional – Formação Inicial e Continuada – FIC. O planejamento da oferta de cursos leva em conta, também, um amplo

conjunto de elementos, que vão desde a capacidade instalada disponível (instituições de ensino capacitadas e estrutura física/tecnológica para determinada oferta) à compreensão da realidade do mercado de trabalho local e dos interesses dos atores institucionais (sociedade civil, poder público e setor privado). Além desses, também se considera a escuta das instituições com representação no Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, de entidades representativas trabalhistas e do setor produtivo às unidades do Sistema Nacional de Emprego – Sine –, e outras instituições. As atividades econômicas caracterizadas pela informalidade não são analisadas para a construção do Mapa de Demandas por Educação Profissional. Assim, cursos não indicados como resultados do Mapa de Demandas também fazem parte, em alguma medida, do portfólio de ações disponibilizadas à população.

A Tabela 2 apresenta a previsão de oferta de cursos FIC indicados pelo Mapa de Demandas por Educação Profissional, por região e número total de vagas.

Tabela 2 – Previsão de oferta de cursos FIC indicados pelo Mapa de Demandas por Educação Profissional

Cursos FIC	Vagas	Mesorregião
Eletricista industrial, manutenção elétrica de usina de beneficiamento de minérios, mecânico de máquinas de costura, montador de andaimes e operador de computador.	130	Campo das Vertentes
Vendedor.	25	Central Mineira
Assistente de controle de qualidade, operador de caixa e vendedor, totalizando	105	Jequitinhonha
Administrador de banco de dados, armador de estruturas pesadas, armador de ferragem, auxiliar de agropecuária, auxiliar de biotecnologia, auxiliar de cozinha, bovinocultor de corte, condutor de turismo de aventura, desenvolvedor de jogos eletrônicos, eletricista de rede de distribuição de energia elétrica, eletricista de sistemas de energias renováveis, eletricista industrial, eletricista instalador predial de baixa tensão, garçom, operador de caixa, operador de retroescavadeira, programador de dispositivos móveis, programador de sistemas, programador Web, promotor de vendas, vendedor.	1030	Metropolitana de Belo Horizonte.
Eletricista industrial.	25	Noroeste de Minas
Assistente administrativo, assistente de logística, comprador, confeccionador de calçados, cuidador de idoso, eletricista industrial, eletricista instalador predial de baixa tensão, mecânico de equipamentos de mineração, montador de andaimes, operador de processos químicos industriais, operador e programador de sistemas, automatizados e soldagem, ovinocultor, representante comercial, Web designer.	445	Norte de Minas
Costureiro de calçados, cuidador de idoso, eletricista de sistemas de energias	100	Oeste de Minas

renováveis, eletricista industrial		
Agente de informações turísticas, almoxarife, condutor de turismo de aventura, condutor de turismo em espaços culturais locais, eletricista industrial, eletricista instalador predial de baixa tensão, operador de caixa, operador de computador, organizador de evento.	375	Sul/Sudoeste de Minas
Armador de estruturas pesadas, E-commerce, programador de sistemas, programador Web, representante comercial, Web designer.	295	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Agricultor familiar, assistente de logística, garçom, vendedor.	265	Vale do Mucuri
Armador de ferragem, eletricista instalador predial de baixa tensão, mecânico de equipamentos de mineração, operador de computador, organizador de eventos, representante comercial.	215	Vale do Rio Doce
Assistente de controle de qualidade, eletricista instalador predial de baixa tensão, operador de retroescavadeira, soldador de estruturas e tubulação em aço-carbono no processo tig.	100	Zona da Mata

O Mapa de Demandas é utilizado pela Secretaria de Estado de Educação – SEE – no planejamento da oferta de cursos de formação profissional e formação técnica de nível médio, sob a égide do programa Trilhas de Futuro. Segundo a Sedese, há grande convergência entre as indicações constantes no Mapa e os cursos ofertados pela SEE. A Tabela 3 apresenta a previsão de oferta de cursos técnicos indicados pelo Mapa de Demandas por Educação Profissional por região e total de vagas.

Tabela 3 – Previsão de oferta de cursos Técnicos indicados pelo Mapa de Demandas por Educação Profissional

Cursos Técnicos	Vagas	Mesorregião
Técnico em Design de Interiores; Enfermagem; Eletrotécnica; Manutenção de Máquinas Industriais; Segurança do Trabalho	1040	Campo das Vertentes
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Química; Agroecologia; Alimentos; Eletrônica; Hospedagem	820	Central mineira
Técnico em Agroindústria; Paisagismo; Produção de Moda; Programação de Jogos Digitais; Cafeicultura; Manutenção de Máquinas Pesadas; Paisagismo; Alimentação Escolar; Hospedagem; Telecomunicações; Conservação e Restauo	720	Jequitinhonha
Técnico em Eletrotécnica; Edificações; Análises Clínicas; Edificações; Eletrotécnica; Sistemas de Energia Renovável; Mecânica; Eletrônica; Farmácia; Mineração; Metalurgia; Estética; Marketing; Geoprocessamento; Manutenção Automotiva; Design de Calçados; Desenho de Construção	2680	Metropolitana de Belo Horizonte

Civil; Conservação e Restauo; Manutenção Aeronáutica em Aviônicos; Aeroportuário; Química; Têxtil; Qualidade; Manutenção de Máquinas Industriais; Automação Industrial; Programação de Jogos Digitais; Hospedagem		
Técnico em Hospedagem; Manutenção e Suporte em Informática; Enfermagem; Farmácia; Segurança do Trabalho; Mineração; Manutenção de Máquinas Pesadas	1020	Noroeste de Minas
Técnico em Segurança do Trabalho; Enfermagem; Fruticultura; Manutenção de Máquinas Pesadas; Eletromecânica; Automação Industrial; Eletrônica; Eletrotécnica; Vendas; Sistemas de Energia Renovável; Segurança do Trabalho; Metalurgia. Móveis; Hidrologia; Edificações; Marketing; Cerâmica; Mineração; Comércio	7390	Norte de Minas
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Calçados; Móveis; Vestuário; Edificações; Agroecologia; Comércio; Mecânica; Agricultura; Comércio; Alimentos; Design Gráfico; Meio Ambiente	900	Oeste de Minas
Técnico em Sistemas de Energia Renovável; Desenvolvimento de Sistemas; Vendas; Química; Cafeicultura; Eletrônica; Eletrotécnica; Computação Gráfica; Manutenção de Máquinas Industriais; Manutenção e Suporte em Informática; Biocombustíveis; Fabricação Mecânica; Modelagem do Vestuário; Farmácia; Planejamento e Controle da Produção; Sistemas de Energia Renovável; Agropecuária; Enfermagem; Mecânica; Segurança do Trabalho; Manutenção de Máquinas Pesadas; Hospedagem; Análises Clínicas	5534	Sul/Sudoeste de Minas
Técnico em Alimentos; Química; Celulose e Papel; Redes de Computadores; Redes de Computadores; Eletromecânica; Fabricação Mecânica; Automação Industrial; Eletrônica; Mecatrônica; Vendas; Eletrotécnica; Sistemas de Energia Renovável; Qualidade; Agente Comunitário de Saúde; Vigilância em Saúde; Infraestrutura Escolar; Alimentação Escolar; Análises Clínicas; Cuidados de Idosos; Saúde Bucal; Tradução e Interpretação de Libras; Edificações; Mecânica; Serviços Jurídicos; Desenvolvimento de Sistemas; Agricultura; Comércio; Hospedagem; Enfermagem	5197	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Manutenção de Máquinas Pesadas; Design de Móveis; Enfermagem; Mecânica; Segurança do Trabalho; Comércio; Hospedagem	2220	Vale do Rio Doce
Técnico em Soldagem; Hospedagem; Enfermagem; Segurança do Trabalho; Comércio; Eletrotécnica; Manutenção de Máquinas Industriais; Cafeicultura	3520	Zona da Mata

III – Conclusões

No que se refere à execução do plano de trabalho, consideramos que os objetivos foram parcialmente atingidos. Foi possível acompanhar, por meio de indicadores, a situação do mercado de trabalho em Minas Gerais.

Foi possível obter informações detalhadas das ações executadas pelo Estado visando ao enfrentamento do aumento da pobreza, notadamente dos programas emergenciais de transferência de renda implementados pelo Estado durante a pandemia de Covid-19, e também dos recursos provenientes do Acordo da Vale para as entidades da Rede Cuidar, com o objetivo de aprimoramento da rede socioassistencial. Todavia, não foi possível a discussão das alternativas para a implantação de um programa estadual permanente de transferência de renda, da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, das alternativas de superação da pobreza e da viabilidade de implementação de um programa permanente de transferência de renda no Estado.

Foi possível também obter informações detalhadas sobre o Mapa de Demandas, metodologia utilizada pela Sedese para programar a oferta de cursos de formação profissional inicial e continuada e cursos técnicos, por região, atendendo a uma demanda antiga desta comissão. A oferta de qualificação é a principal estratégia de inserção no mercado de trabalho utilizada pelo Estado. Há uma lacuna nesse ponto que o Fiscaliza Mais pretendia abordar e que não foi possível discutir. Trata-se da relação entre desenvolvimento econômico e geração de trabalho e o nível de articulação entre as duas áreas de gestão estadual para promover o aumento do trabalho decente.

Em virtude dos aspectos abordados e da necessidade de aprofundar a discussão de pontos estratégicos para se atingir os objetivos previstos no Plano de Trabalho que não foram alcançados, sugerimos, para o próximo ano, manter a geração de trabalho e renda e as ações de superação da pobreza no Estado na agenda da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para o acompanhamento das políticas públicas.

IV – Anexos

Requerimentos	
RQN nº 10.813/2022 https://www.almg.gov	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os beneficiários dos programas emergenciais de transferência de renda executados pelo Estado entre os anos 2020 e 2022, indicando número de beneficiários por

v.br/projetos-de-lei/RQN/10813/2022	programa, valores dos benefícios e beneficiários por região, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022.
RQN nº 10.814/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/10814/2022	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as entidades da Rede Cuidar beneficiárias dos recursos provenientes do Acordo da Vale, indicando os critérios adotados para a distribuição dos recursos, o número de entidades atendidas por tipo de atendimento realizado, valores repassados e municípios abrangidos.
RQN nº 10.815/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/10815/2022	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as áreas identificadas no Mapa de Demandas que orientaram o planejamento e a execução das ações de qualificação e educação profissional no Estado, especificando o número de vagas oferecidas em 2022 por área de formação e por regional.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente.

Celinho Sintrocel, relator.

GCT/GSA/124744